

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - Confea, pessoa jurídica de direito público, autarquia federal com imunidade tributária e autonomia administrativa e financeira, foi criado pela Lei nº 5.194, de 24 dezembro de 1966, para regulamentar o exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea e Mútua.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis, aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008.

A prestação de contas anual do Confea é elaborada em cumprimento às formalidades previstas na Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010 e na Decisão Plenária nº PL-0077/2014, alterada pela Decisão Plenária nº PL-2327/2015 e posteriormente pela Decisão Plenária nº PL-0064/2019.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados;
- Depreciações do ativo imobilizado;
- Provisões para contingências, quando constituídas; e
- Provisões para créditos de liquidação duvidosa, quando constituídas.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Federal, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)**

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

São as contas mantidas em bancos oficiais – Banco do Brasil S.A. e Caixa Econômica Federal – sendo, contas correntes para movimentações gerais do Conselho Federal; contas correntes para arrecadação de cota-parte (particionamento da receita na origem - Resolução Confea nº 1.026/2009); contas correntes para movimentações do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea - Prodesu; e contas de aplicações financeiras próprias e vinculadas ao Prodesu (caderneta de poupança e fundos de investimentos em renda fixa).

As aplicações financeiras possuem liquidez diária e foram mensuradas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

3.2. Créditos a curto prazo

Os direitos são registrados pelo valor original, sendo atualizados na data do Balanço Patrimonial, quando aplicável, não tendo sido utilizados os critérios de exclusão de valores prescritos e da provisão para perdas prováveis, para os órgãos da Administração Pública.

Os créditos são compostos por aluguéis vencidos, por direitos de cota-parte do exercício, cota-parte não particionada de exercícios anteriores e cotas do Prodesu do exercício, por direitos decorrentes de empréstimos concedidos a Creas e por direitos decorrentes dos julgamentos de prestações de contas de convênios.

São registrados ainda, os adiantamentos efetuados à justiça do trabalho para interposição de recursos sobre processos trabalhistas.

3.3. Estoques

Os materiais de expediente são registrados pelo custo de aquisição e as baixas decorrentes do consumo são apurados pelo critério da média ponderada móvel.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, conforme taxas definidas pela Resolução Confea nº 1.036, de 21 de dezembro de 2011, à exceção dos imóveis, que se encontram avaliados a mercado, de acordo com reavaliação realizada no exercício de 2018.

3.5. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais

Representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento e respectivos encargos sociais.

**Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)**

3.6. Fornecedores e contas a pagar

Representam os valores inscritos em Restos a Pagar Processados, correspondentes às obrigações em circulação ao final do exercício a serem desembolsadas no exercício seguinte.

3.7. Obrigações fiscais

Representam as retenções de tributos federais e municipais a serem recolhidos no exercício seguinte.

3.8. Obrigações de repartição a outros entes

Representam as obrigações financeiras pendentes junto a Creas por falta de análise das prestações de contas de convênios do Prodesu e outras obrigações junto a terceiros.

3.9. Demais obrigações a curto prazo

Representam as obrigações financeiras decorrentes de consignações da folha de pagamento a serem desembolsadas no exercício seguinte, garantias contratuais e créditos bancários pendentes de identificação.

3.10. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial do Conselho Federal.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.8. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

A Resolução Confea nº 1.037, de 21 de dezembro de 2011, institui normas para elaboração de propostas e reformulações orçamentárias para o Sistema Confea/Crea e Mútua.

De acordo com os artigos 22 e 23 da Resolução Confea nº 1.037/2011, é vedada a transposição de dotação orçamentária de uma categoria econômica para outra sem a homologação pelo Plenário do Confea. Porém, tal homologação é dispensada nos casos de transposição de recurso orçamentário de um elemento de despesa para outro.

3.8.1. Orçamento de 2018

A Decisão Plenária nº PL-2637, de 23 de novembro de 2017, aprovou o Orçamento para o

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

exercício de 2018, no valor de R\$ 177,5 milhões.

A previsão das Receitas para o exercício de 2018 consta de forma detalhada no Balanço Orçamentário.

O demonstrativo a seguir, apresenta as fontes de recursos por Grupo de Natureza da Receita (GNR):

Receitas Orçamentárias	Valor (R\$ mil)
Receitas Correntes	177.000
Receita de cota parte	137.393
Receita patrimonial	20
Receita de serviços	13
Receita financeira	35.160
Transferências correntes	3.982
Outras receitas correntes	150
Receita de devolução	282
Receitas de Capital	500
Amortização de empréstimos	500
Total das Receitas Previstas	177.500

A fixação das Despesas para o exercício de 2018 consta de forma detalhada no Balanço Orçamentário.

As despesas foram fixadas por unidade de centro de custo, a fim de possibilitar a evidenciação analítica das despesas orçadas, executadas e pagas.

O demonstrativo a seguir, apresenta as destinações dos recursos por Grupo de Natureza da Despesa (GND):

Despesas Orçamentárias	Valor (R\$ mil)
Despesas Correntes	163.955
Pessoal e encargos	66.666
Outras despesas correntes	75.800
Tributárias e contributivas	114
Demais despesas correntes	6.644
Serviços bancários	2.400
Transferências correntes	11.831
Reservas	500
Despesas de Capital	13.545
Investimentos	4.645
Transferências de capital	8.900
Total das Despesas Fixadas	177.500

3.8.2. Abertura de créditos suplementares para o Orçamento de 2018

Com base no inciso I do §1º do artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, o Plenário do Confea aprovou a 1ª Reformulação Orçamentária para o exercício de 2018, no

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

valor de R\$ 52,5 milhões, por meio da Decisão Plenária nº 0796, de 14 de maio de 2018.

A fonte de recursos utilizada para a Reformulação Orçamentária do exercício de 2018 foi o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2017, no valor de R\$ 266,6 milhões.

Com a aprovação da suplementação pelo Plenário, o Orçamento do Confea do exercício de 2018, passou de R\$ 177,5 milhões para R\$ 230 milhões.

O demonstrativo a seguir, apresenta as fontes de recursos por Grupo de Natureza da Receita (GNR), com o efeito da suplementação orçamentária:

Receitas Orçamentárias	Valor (R\$ mil)
Receitas Correntes	177.000
Receita de cota parte	137.393
Receita patrimonial	20
Receita de serviços	13
Receita financeira	35.160
Transferências correntes	3.982
Outras receitas correntes	150
Receita de devolução	282
Receitas de Capital	52.980
Amortização de empréstimos	500
Saldo de exercícios	52.480
Total das Receitas Previstas	229.980

A reformulação orçamentária do exercício de 2018 permitiu a suplementação de R\$ 52,5 milhões sobre as despesas fixadas no orçamento inicial.

O demonstrativo a seguir, apresenta o comparativo entre o orçamento inicial e o orçamento reformulado, por Grupo de Natureza da Despesa (GND):

Em milhares de Reais

Despesas Orçamentárias	Orçamento Inicial	Orçamento Reformulado
Despesas Correntes	163.955	214.235
Pessoal e encargos	66.666	68.861
Outras despesas correntes	75.800	115.048
Tributárias e contributivas	114	201
Demais despesas correntes	6.644	6.644
Serviços bancários	2.400	2.400
Transferências correntes	11.831	20.581
Reservas	500	500
Despesas de Capital	13.545	15.745
Investimentos	4.645	6.845
Transferências de capital	8.900	8.900
Total das Despesas Fixadas	177.500	229.980

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

3.9. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte, conforme disposto no artigo 103 da Lei nº 4.320/1964.

3.9.1. Resultado Financeiro - Recursos e Dispêndios

O resultado financeiro (recursos e dispêndios), no valor de R\$ 45,8 milhões, leva em consideração apenas os ingressos e dispêndios realizados no exercício e, por isso, não deve ser confundido com o Superávit ou Déficit Financeiro do exercício, que é apurado no Balanço Patrimonial.

Descrição	Valor (R\$ mil)
(+) Receitas orçamentárias	186.916
(+) Receitas extraorçamentárias	110.066
(-) Despesas orçamentárias	126.647
(-) Pagamentos extraorçamentárias	124.544
(=) Resultado Financeiro - Recursos e Dispêndios	45.791

3.9.2. Resultado Financeiro - Disponibilidade

O resultado financeiro (disponibilidade), no valor de R\$ 45,8 milhões, pode ser evidenciado diretamente pela diferença entre a disponibilidade do exercício atual e do anterior, ou pelas fontes de recursos e dispêndios.

Descrição	Valor (R\$ mil)
(+) Saldo em espécie para o exercício seguinte	374.243
(-) Saldo em espécie do exercício anterior	328.452
(=) Resultado Financeiro - Disponibilidade	45.791

3.10. Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.11. Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite a projeção de cenários de fluxos futuros de caixa e a elaboração de análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras do Conselho Federal são realizadas pela gerência financeira, subordinada à superintendência administrativa e financeira, de acordo com a estrutura organizacional aprovada pelo Conselho Diretor.

As estratégias de gerenciamento de riscos do Conselho Federal e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos, como segue:

4.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras, nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pelo Conselho Federal, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado com relação:

- i) às aplicações financeiras, tendo em vista que os recursos são aplicados em instituições financeiras oficiais com liquidez imediata; e
- ii) ao contas a receber, tendo em vista que os recursos provenientes de receitas de cota-parte são particionados diretamente pelas instituições financeiras, nos termos da Resolução Confea nº 1.026/2009.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

4.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços.

O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado, considerando as aplicações em caderneta de poupança e em fundos de renda fixa lastreados em títulos públicos, aplicados em instituições financeiras oficiais.

4.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada no Conselho Federal, por meio da gerência financeira.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Conselho Federal para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Conta movimento	326	23
Conta arrecadação	492	25
Conta movimento vinculada - Prodesu	177	81
Aplicações financeiras	360.058	320.411
Aplicações financeiras vinculadas - Prodesu	<u>12.972</u>	<u>7.749</u>
	374.025	328.289

As aplicações financeiras, compostas por cadernetas de poupanças e por fundos de investimentos de renda fixa lastreados em títulos públicos emitidos e comprometidos por instituições financeiras oficiais, possuem liquidez imediata. Os rendimentos gerados por estes investimentos são registrados como receitas financeiras no resultado corrente.

Os recursos financeiros do Prodesu - Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea são segregados dos recursos do Conselho Federal, nos termos da Resolução Confea nº 1.030, de 17 de dezembro de 2010.

6. Créditos de curto prazo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Devedores da entidade - aluguéis de imóveis	131	131
Entidades públicas devedoras - quotas exercício	2.507	2.298
Entidades públicas devedoras - quotas exercício anterior	87	87
Entidades públicas devedoras - outros débitos	206	360
Entidades públicas devedoras - outras entidades	683	762
Entidades públicas devedoras - Prodesu	589	594
Empréstimos concedidos	2.063	2.905
Demais créditos e valores a curto prazo	<u>526</u>	<u>653</u>
	6.792	7.790

O Conselho Federal não constitui provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa.

7. Estoques

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Almoxarifado - material de consumo	<u>138</u>	<u>138</u>
	138	138

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

O Conselho Federal constituiu Comissão Especial para a realização do Inventário Anual do Almoxarifado no exercício de 2018, por meio da Portaria AD nº 348/2018, com os resultados formalizados no processo CF-11046/2018.

8. Variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Seguro de imóveis a apropriar	3	8
Seguro de veículos a apropriar	1	1
Adiantamento de férias	<u>539</u>	<u>760</u>
	543	769

9. Créditos a longo prazo

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Dívida ativa não tributária - empresas	74	74
Títulos de empresas estatais - telefonia	<u>10</u>	<u>10</u>
	84	84

10. Imobilizado

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Mobiliário em Geral	1.005	1.273
Máquinas, Motores e Aparelhos	4.191	8.560
Veículos	362	390
Equipamentos de Processamento de Dados	19.631	12.213
Biblioteca	28	26
Equipamentos Diversos	0	4
Outros Bens Móveis	68	93
Bens Móveis - Diversos	165	179
Edifícios	<u>94.023</u>	<u>104.700</u>
	119.474	127.438

O Conselho Federal realiza anualmente o levantamento geral (inventário) dos bens patrimoniais.

No exercício de 2018, o Conselho Federal constituiu Comissão Especial para a realização do Inventário Anual do Almoxarifado no exercício de 2018, por meio da Portaria AD nº 347/2018, com os resultados formalizados no processo CF-10844/2018.

Os imóveis de propriedade do Confea foram reavaliados a valor de mercado, no exercício de 2018, com os resultados formalizados no processo CF-07050/2018.

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

11. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e encargos sociais a pagar	149	1.009
	149	1.009

As obrigações se referem a encargos previdenciários incidentes sobre a folha de pagamento, com vencimento no mês subsequente.

No exercício de 2018, os encargos sociais com vencimento no exercício seguinte foram registrados na conta de fornecedores, sendo que tal fato em nada influenciou no resultado do exercício.

12. Fornecedores e contas a pagar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores	1.542	2.170
	1.542	2.170

13. Obrigações fiscais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tributos federais a recolher	1.621	1.406
Tributos estaduais a recolher	105	224
	1.726	1.630

14. Obrigações de Repartições a Outros Entes

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Entidades públicas credoras	12.620	2.698
Credores da entidade	2.319	486
	14.939	3.184

15. Provisões

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisões de férias e encargos sociais	6.114	0
	6.114	0

O Conselho Federal voltou a constituir provisão de férias e provisão de 13º salário no exercício de 2018, após ter interrompido o procedimento no exercício de 2017, devido a impossibilidade de elaboração dos cálculos por parte da unidade responsável, decorrente de parâmetros do sistema computacional.

16. Demais obrigações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Consignações da folha de pagamento	7	193

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Garantias	6	0
Créditos bancários a identificar	<u>45</u>	<u>66</u>
	58	259

As consignações da folha de pagamento são repassadas no próprio mês ou no mês subsequente, conforme prazos estabelecidos. Já os créditos bancários representam valores depositados em contas correntes do Conselho Federal sem a devida identificação do depositante.

17. Despesas por natureza (variação patrimonial diminutiva)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pessoal e encargos	67.279	65.972
Benefícios previdenciários e assistenciais	236	256
Uso de bens, serviços e consumo	59.686	53.164
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	1.866	1.811
Transferências concedidas	35.681	31.140
Desvalorização e perda de ativos	0	0
Tributárias	40	48
Outras variações patrimoniais diminutivas	<u>2.116</u>	<u>4.121</u>
	166.904	156.512

18. Resultados patrimonial, orçamentário e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(+) Variação patrimonial aumentativa (receita)	187.175	189.841
(-) Variação patrimonial diminutiva (despesa)	<u>166.904</u>	<u>156.512</u>
(=) Superávit Patrimonial	20.271	33.329
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(+) Receita orçamentária realizada	186.916	188.112
(-) Despesa empenhada	<u>126.647</u>	<u>220.129</u>
(=) Superávit/Déficit Orçamentário	60.269	(32.017)
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
(+) Ativo Financeiro	375.094	329.710
(-) Passivo Financeiro	<u>36.198</u>	<u>63.070</u>
(=) Superávit Financeiro	338.896	266.640

18. Seguros

Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

O Conselho Federal adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.